Jurisprudência em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 117: INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA - I 2

Edição n. 117 Brasília, 25 de janeiro de 2019

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 07/12/2018.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 117: INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA - I

1. A alteração da competência não torna inválida a decisão acerca da interceptação telefônica determinada por juízo inicialmente competente para o processamento do feito.

Julgados: AgRg no REsp 1492472/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 15/10/2018; HC 349583/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 26/09/2016; RHC 57573/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 29/08/2016; RHC 28062/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/08/2016; APn 675/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, DJe 02/02/2016; HC 261664/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 30/09/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 411)

2. É admissível a utilização da técnica de fundamentação *per relationem* para a prorrogação de interceptação telefônica quando mantidos os pressupostos que autorizaram a decretação da medida originária.

Julgados: AgInt no REsp 1390751/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 23/11/2018; RHC 34349/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 09/11/2018; RHC 73498/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 23/08/2018; AgRg no RHC 68058/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 13/06/2018; RHC 94089/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 14/03/2018; AgRg no AREsp 431316/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 16/02/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 491) (Vide Jurisprudência em Teses N. 69 - TEMA 18)

3. O art. 6º da Lei n. 9.296/1996 não restringe à polícia civil a atribuição para a execução de interceptação telefônica ordenada judicialmente.

Julgados: RHC 78743/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 22/11/2018; RHC 90125/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 15/08/2018; RHC 62067/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 14/03/2018; RHC 67384/ES, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 05/03/2018; RHC 58282/SP, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe 07/10/2015; RHC 51487/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 24/09/2015;

4. É possível a determinação de interceptações telefônicas com base em denúncia anônima, desde que corroborada por outros elementos que confirmem a necessidade da medida excepcional.

Julgados: RHC 70560/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 14/12/2018; AgRg no AREsp 988527/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 28/09/2018; HC 443331/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 02/10/2018; AgRg no REsp 1690840/ES, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 29/06/2018; RHC 53541/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 20/09/2017; RHC 64910/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 17/04/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 487)

5. A interceptação telefônica só será deferida quando não houver outros meios de prova disponíveis à época na qual a medida invasiva foi requerida, sendo ônus da defesa demonstrar violação ao disposto no art. 2º, inciso II, da Lei n. 9. 296/1996.

Julgados: RHC 61207/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 08/10/2018; AgRg no RMS 52818/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 03/10/2018; RHC 83320/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 19/09/2018; HC 276132/PR, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 01/09/2015; HC 148413/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 01/09/2014; AREsp 700987/RO (decisão monocrática), Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, publicado em 10/09/2018;

6. É legítima a prova obtida por meio de interceptação telefônica para apuração de delito punido com detenção, se conexo com outro crime apenado com reclusão.

Julgados: HC 366070/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 23/11/2018; AgRg no REsp 1717551/PA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 30/05/2018; AgRg nos EDcl no HC 293680/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 29/05/2018; RHC 48112/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 21/09/2016; HC 173080/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 04/12/2015; RHC 56744/RS, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 10/06/2015;

7. A garantia do sigilo das comunicações entre advogado e cliente não confere imunidade para a prática de crimes no exercício da advocacia, sendo lícita a colheita de provas em interceptação telefônica devidamente autorizada e motivada pela autoridade judicial.

Julgados: RMS 58898/SE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 23/11/2018; RHC 92891/RR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 03/10/2018; RHC 73498/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 23/08/2018; REsp 1465966/PE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 19/10/2017; AgRg no AREsp 457522/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 25/11/2015; RHC 51487/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 24/09/2015;

8. É desnecessária a realização de perícia para a identificação de voz captada nas interceptações telefônicas, salvo quando houver dúvida plausível que justifique a medida.

Julgados: AgRg no AREsp 1136157/GO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 13/09/2018; HC 453357/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 24/08/2018; AgRg no HC 445823/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 21/08/2018; HC 409551/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 11/10/2017; AgRg no HC 413842/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 11/10/2017; REsp 1340069/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 28/08/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 464)

9. Não há necessidade de degravação dos diálogos objeto de interceptação telefônica, em sua integralidade, visto que a Lei n. 9.296/1996 não faz qualquer exigência nesse sentido.

Julgados: HC 422642/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 02/10/2018; AgRg no AREsp 1301242/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 17/09/2018; AgRg no REsp 1374450/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 17/09/2018; AgRg no AREsp 1136157/GO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 13/09/2018; RHC 90435/PB, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 19/06/2018; RHC 92164/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 07/03/2018;

10. Em razão da ausência de previsão na Lei n. 9.296/1996, é desnecessário que as degravações das escutas sejam feitas por peritos oficiais.

Julgados: AgRg no AREsp 583598/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 22/06/2018; AgRg no REsp 1322181/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 18/12/2017; REsp 1501855/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 30/05/2017; HC 258763/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 21/08/2014; AgRg no REsp 1233396/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 01/07/2013; REsp 1134455/RS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJe 09/03/2011;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 464)